

Com piora da estiagem, Paraná prorroga situação de emergência hídrica

Estado passa por uma das maiores crises hídricas da sua história. De agosto a outubro, regime de chuvas ficou entre 50% e 70% abaixo da média em todos os municípios. Previsão do Simepar para os próximos meses não é animadora

Com o agravamento da estiagem e a previsão de chuvas abaixo da média nos próximos meses, o Governo do Estado decidiu prorrogar por mais 180 dias o prazo de vigência do decreto 4.626/20, que instituiu em maio a situação de emergência hídrica no Paraná. O novo decreto, de número 6.068/20, foi assinado na última quinta-feira (29) pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior.

O Estado passa por uma das maiores crises hídricas da sua história. De agosto a outubro, o regime de chuvas ficou entre 50% e 70% abaixo da média em todo o Paraná, com uma situação ainda mais preocupante na Região Metropolitana de Curitiba. O déficit hídrico na região, onde o impacto no abastecimento público é mais grave, foi de 650 milímetros nos últimos 12 meses.

O volume menor de precipitações e o chamado empacotamento das chuvas, quando chove muito em um curto espaço de tempo, prejudicam a produção de água nos reservatórios.

“O impacto da estiagem tem sido muito severo em nosso Estado, é uma das piores das últimas décadas. Por isso, é preciso um esforço conjunto da população, para que todos se conscientizem e façam uma economia no uso de água”, afirmou o governador Ratinho Junior.

O diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile, reforçou a necessidade de prorrogação da situação de emergência hídrica para evitar consequências ainda mais profundas ao abastecimento. “Vivemos uma situação

bastante preocupante e as previsões não são animadoras. Fazemos mais um apelo à população para que faça uso racional da água e economize o máximo possível”, enalteceu Stabile. “Temos a META20, que propõe que cada um reduza em 20% esse consumo. Isso é fundamental para que tenhamos água nos reservatórios até a normalização das chuvas”, ressaltou.

MEDIDAS

O texto do decreto 4.626/20 regulamenta e dá respaldo às empresas de água que atuam no Estado para tomar medidas de racionamento, equilibrando a distribuição entre todos os consumidores e regiões. Na primeira versão, estava autorizado o rodízio no abastecimento por até 24 horas, mas desde agosto a Sanepar passou a adotar um rodízio de 36 horas em 36 horas, dada a situação crítica dos reservatórios que abastecem a Região Metropolitana de Curitiba.

A normativa também previa a implementação de medidas de apoio aos agricultores pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando à eficiência no uso da água nas atividades agropecuárias. Entre elas, está a restrição de captação de água. Já o Instituto Água e Terra (IAT) e a Polícia Militar são responsáveis por fiscalizar o cumprimento das medidas e, se necessário, aplicarem as penalidades cabíveis.

A partir do decreto, também foi instituído um grupo de trabalho para orientar e agilizar as tomadas de decisão durante o período em

que vigorar a situação de emergência hídrica. O grupo é formado pelas secretarias da Agricultura; e de Desenvolvimento Sustentável e Turismo; Coordenadoria Estadual da Defesa Civil; Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar); Associação dos Serviços Municipais de Água e Esgoto (Assemae); Polícia Militar e Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas.

PREVISÃO NADA ANIMADORA

A previsão do Simepar para os próximos meses não é animadora, o que também justifica a necessidade de ampliação da vigência do decreto. O diretor-presidente do sistema, Eduardo Alvim, explica que é necessário de três a seis meses de chuvas regulares para a situação voltar à normalidade.

Porém, na primavera e no verão, que são estações mais úmidas, o volume previsto ainda é abaixo do normal. Há a previsão de que o fenômeno La Niña, causado pelo resfriamento das águas do Oceano Pacífico, seja mais severo na próxima estação. A consequência disso é de ainda menos chuvas no Sul do Brasil.

“Era esperada que a La Niña tivesse menor intensidade, mas previsões resistentes apontam que o fenômeno será mais forte. Isso não significa

que não vá chover, mas é esperado menos chuva que a média, o que dificulta a regularização das bacias de abastecimento e a vazão dos rios”, explica Alvim. “Por isso, é importante a adoção de medidas de controle e equilíbrio entre a oferta e demanda de água. Leva um tempo para regular o ciclo hidrológico, para a água ser absorvida pela terra para alimentar os lençóis freáticos”, diz.

Alvim lembra, ainda, que o Paraná integra o Monitor de Secas do Brasil, instituído pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que faz o acompanhamento regular da escassez hídrica no país. No balanço mais recente, divulgado pelo monitor em setembro, o Paraná era o Estado com a situação mais crítica entre as 19 unidades da federação monitoradas.

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

Katiuscia Raika Ziemer torna público que irá requerer ao IAT a Licença Prévia para serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, a ser implantada na rodovia BR163, N 1, km 280,8, município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E REGIÃO - SICOOB MARECHAL
CNPJ: 07.097.064/0001-00 - NIRE Nº: 4140001640-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E REGIÃO - SICOOB MARECHAL, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 30 (trinta), para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da cooperativa, na Rua Goiás 1231 - Centro - Marechal Cândido Rondon, PR, no dia 19/11/2020, às 17h (dezoisete horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados em condições de votar, ou às 19h (dezoito horas), em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos delegados em condições de votar, ou em terceira e última convocação, às 19h (dezenove horas), com um mínimo de 10 (dez) delegados em condições de votar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Reforma geral do Estatuto Social, contemplando possibilidade de admissão de associado que reside ou esteja sediado em qualquer outro município do território nacional, alteração da denominação da cooperativa, alteração do percentual destinado ao fundo de reserva, dos critérios relativos ao resgate eventual, da possibilidade de relacionamento com associado por meio eletrônico e mudança na composição da diretoria executiva;
2. Revisão do valor global para pagamento dos honorários e gratificações dos membros da Diretoria Executiva;

Os documentos relativos à Assembleia Geral estão disponíveis no site da cooperativa na internet, abaixo indicado, e serão enviados aos delegados.

<https://www.sicooobcooperativa.com.br/minha-cooperativa/sicooob-marechal/a-cooperativa/>

Marechal Cândido Rondon, 03 de novembro de 2020.

Gaiper Salvo
Presidente do Conselho de Administração

MUNICÍPIO DE MERCEDES - IPR
RESUMO DE CONTRATOS
CONTRATANTE: Município de Mercedes
CONTRATADA: SMB SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEDICINA LTDA
OBJETO: Prestação de serviços médicos de clínica geral para pronto atendimento em plantões noturnos e diurnos.
NÚMERO: 232/2020
VALOR: R\$ 8.640,00 (oito mil, seiscentos e quarenta reais)
DATA: 30/10/2020
VIGÊNCIA: 30/11/2020

MUNICÍPIO DE MERCEDES - ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 100/2020
Contratante: Município de Mercedes
Contratado: SMB Serviços de Engenharia e Medicina Ltda, CNPJ nº 09.378.748/0001-65
Objeto: Contratação de empresa, em caráter de urgência/emergência, para prestação de serviços médicos de clínica geral para pronto atendimento em plantões noturnos.
Valor: R\$ 8.640,00 (oito mil, seiscentos e quarenta reais)
Amparo Legal: Artigo 24, IV, da Lei Nacional nº 8.666/93.
Mercedes - PR, 30 de outubro de 2020.
Claci M. Rambo Loffi
PREFEITA

PTI cofinancia diagnóstico econômico-produtivo inédito na região

O Parque Tecnológico Itaipu (PTI-BR) participou da entrega, recentemente, de um diagnóstico econômico-produtivo inédito que identifica as potencialidades e os gargalos do município de Matelândia, no Oeste do Paraná.

A proposta foi formulada durante o curso “Promotores de Desenvolvimento Territorial”, do Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Local com Inclusão Social para o Brasil (ConectaDEL). A iniciativa foi uma das sete selecionadas do programa para receber cofinanciamento da Itaipu Binacional e do PTI-BR para a implementação.

O estudo foi realizado por uma empresa de consultoria em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Matelândia (Acima), a Prefeitura de Matelândia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Medianeira, e a Escola Profissional Padre João Piamarta.

O objetivo é que o documento seja compartilhado com a comunidade, o meio empresarial e o setor público, que poderão utilizar as informações para a tomada de decisões e construção de novos projetos.

Entre as potencialidades identificadas no diagnóstico estão as vantagens competitivas estruturais na Cadeia da Proteína Animal (CPA); posição logística privilegiada em relação à Triplíce Fronteira; além da alta capacidade empreendedora, técnica e de gestão.

Já no cenário das oportunidades que podem im-

pulsionar o desenvolvimento econômico do município foram pontuadas as possibilidades de expansão do mercado internacional de carnes; expansão do mercado interno para carnes de alto padrão; e otimização da logística da BR-277 no fluxo de carga rodoviária do Mercosul e, por extensão, no trânsito de pessoas na região.

Em contrapartida, os gargalos apresentados incluem perda das micro e pequenas empresas industriais para municípios vizinhos do eixo Cascavel-Foz do Iguaçu; alto custo do pedágio da BR-277; elevada dependência do município de duas sub-cadeias produtivas avícola e suína, entre outros.

Para o gerente do Centro de Empreendedorismo do PTI, Regean Gomes, a entrega representa o momento atual da instituição, especialmente na nova fase de atuação do Parque que, a partir da reestruturação do seu planejamento estratégico, voltou sua atuação para a geração de negócios, com foco em riqueza e bem-estar à sociedade.

PRÓXIMA ETAPA

Para a próxima etapa, serão convidadas lideranças do município para participar de oficinas de diagnóstico participativo, visando validar as informações obtidas. A partir dos apontamentos, será feito um plano de ação municipal e a gestão do projeto. O Parque Tecnológico deve realizar o acompanhamento das ações previstas.